

**“CULPADO OU CULPADO?”:
A CONSTRUÇÃO JORNALÍSTICA DA “CONFISSÃO”
EM CASOS DE SUSPEITA DE PEOFILIA¹**

Luiz Felipe Andrade Silva (UERJ)
lfelipe.andrades@gmail.com

Os dois últimos anos presenciaram um crescimento massivo de denúncias de pedofilia, com especial destaque para aquelas que envolviam sacerdotes da Igreja Católica, ganhando assim as primeiras páginas dos principais jornais, não só brasileiros, como de todo o Ocidente. Somente no mês de março de 2010, foram trezentas acusações na Alemanha, duzentas na Holanda e noventa na Suíça. Foi na Irlanda, porém, que aconteceu o caso mais polêmico, após a divulgação de dois documentos que relatavam acusações de abusos sexuais promovidos por diversos clérigos, atingindo milhares de vítimas ao longo de décadas. Diante do fato, o papa Bento XVI manifestou-se pela primeira vez sobre o assunto e divulgou uma carta de desculpas aos fiéis irlandeses, o primeiro documento oficial da Igreja a respeito da pedofilia.

Esta crescente exposição que a mídia deu, no biênio 2009-10, – e continua a dar – aos casos de pedofilia chama a atenção para o modo como estes diversos enunciados explicitam procedimentos que colocam em destaque um recalque da imagem de criança historicamente construída, em que se destacam os estudos psicanalíticos e os dispositivos de controle instaurados pelas mais diversas instituições sociais, e a valoração da pedofilia como crime hediondo praticado por um “anormal”, ao mesmo tempo “monstro” e “indivíduo a corrigir”, conforme a classificação foucaultiana. Os motivos históricos que ocasionaram a vivificação da ideia de criança e do pedófilo, porém, não são assunto deste artigo, apesar de serem de fundamental importância seja como motivadores da pesquisa que ora se apresenta, seja como contexto dentro do qual se inscreve o *corpus* selecionado.

Apenas quatro dias após a divulgação da carta do Papa Bento XVI aos fiéis da Irlanda, em março de 2010, a Folha de São Paulo noticiava, no caderno da cidade de Ribeirão Preto e seus arredores, o início das in-

¹ Agradeço enormemente pelo incentivo, a leitura atenta e as recomendações de leitura de Angela Baalbaki, definitivamente culpada por esta minha primeira tentativa como analista do discurso.

vestigações de denúncia envolvendo um padre da cidade de Franca. Desde então, a investigação criminal a respeito do caso seria assunto de uma série de reportagens veiculadas por diversos órgãos da mídia impressa e televisiva, até janeiro de 2011. Em virtude, porém, da exiguidade do artigo que aqui se apresenta, focalizou-se, de tão amplo *corpus*, apenas as três primeiras notícias sobre o caso na época veiculadas na versão impressa da *Folha Ribeirão* e disponibilizadas atualmente, sem alterações, no banco de dados do jornal *Folha de São Paulo* aos seus assinantes.

A primeira destas notícias (“Padre de Franca é investigado por suspeita de pedofilia”), publicada em 26 de março de 2010, trata do início das investigações de uma denúncia anônima ao padre; a segunda, publicada no dia seguinte, apresenta a primeira declaração de inocência do acusado (“Acusado de pedofilia, padre se diz inocente”); e a última, “Polícia indícia padre de Franca por estupro”, de 14 de abril do mesmo ano, anuncia o fim do inquérito policial que dá início ao processo penal contra o padre.

Ainda que estas matérias tenham sido publicadas em dias diversos, podendo ser lidas como enunciados isolados, a leitura em conjunto, focalizada através dos pressupostos teóricos de que nos utilizamos, promove uma espécie de sequencialidade narrativa que permite o confronto mais aprofundado dos fatos apresentados e do modo como a materialidade linguística estabelece os efeitos de sentido que aqui se aborda. Em um primeiro momento, contudo, cada um dos artigos jornalísticos será analisado separadamente, para, por fim, realizar-se a sua análise conjunta.

Baseado nos procedimentos teóricos da análise do discurso francesa, o presente trabalho visa a analisar o modo pelo qual o uso do discurso relatado produz determinados efeitos de sentido. Pelo fato de os enunciados analisados aqui apresentarem-se como fragmentos de um mesmo gênero discursivo, a *notícia jornalística*, eles presumem uma série de coerções genéricas comuns. Deles se espera que promovam um efeito de objetividade que assegure a confiança dos seus receptores, garantindo a “veracidade” e a comprobabilidade dos fatos expostos. Segundo Sant’Anna,

A tensão entre o verdadeiro e o falso, isto é, o traço tênue entre a confiança e a desconfiança naquilo que a imprensa divulga, neutraliza-se quando o enunciator emprega, com sucesso, o discurso relatado como parte de suas estratégias para se fazer respeitar pela sociedade. (2004, p. 159)

Assim, as diversas formas do discurso relatado são acionadas, bem como vários verbos *dicendi*. Segundo Charolles (1976), os “verbos de comunicação (...) veiculam diversos tipos de pressupostos” (MAIN-GUENEAU, 1997, p. 88), agregando aos discursos relatados seu valor semântico.

Nos textos analisados será observada a maneira como o discurso relatado e o uso de diversos verbos *dicendi* contribuem, nas notícias sobre a investigação do padre José Afonso Dé, em Franca, para causar o efeito de sua culpabilização prévia.

A primeira das notícias que serão analisadas foi publicada em 26 de março de 2010, uma sexta-feira, no caderno “Folha Ribeirão”, da *Folha de São Paulo*, sob a rubrica “Polícia” e assinada pela editoria do caderno.

São encontradas, nesta primeira reportagem sobre o caso, inúmeras manifestações de heterogeneidade mostrada, seja através dos discursos direto e indireto, seja do discurso segundo.

De acordo com a delegada Gabriela Ambrósio, uma denúncia anônima feita ao Conselho Tutelar acusou o padre de ter abusado sexualmente de quatro meninos com idades entre 13 e 16 anos, no começo deste ano. (Folha de São Paulo, 26 mar. 2010)

Pode-se observar, no trecho selecionado, a ocorrência da “modalização em discurso segundo” (AUTHIER-REVUZ, 1998) incidindo sobre o discurso indireto. A presença de um enunciado dentro de outro enunciado que, por sua vez, insere-se em um terceiro caracteriza o fenômeno estudado por Peytard (1984), chamado por ele de “cascata de reformulação”¹. Incidindo sobre a fala da delegada que investiga o caso, a sua reformulação incide, sob o efeito de cascata, sobre o discurso do denunciante anônimo, dando a ele a legitimidade necessária.

Em contrapartida, o mesmo procedimento não se realiza na reformulação do discurso das crianças envolvidas, guardados sob sigilo de justiça. Desta maneira, mascara-se o silenciamento dos depoentes.

Segundo depoimento dos meninos à polícia, o padre passava a mão nas suas pernas e órgãos genitais – eles negam que tenha ocorrido relação sexual. (Folha de São Paulo, 26 mar. 2010)

¹ “...une reformulation, que l'on pourrait dire seconde, parce qu'elle est reformulation d'un discours déjà une fois reformulé” (PEYTARD, 1984, p. 13).

A nominalização do verbo *dicendi* “depor” indica um ato de fala cujos enunciadores seriam *os meninos*, por um lado, e *a polícia* por outro. Ainda que a superfície discursiva não explicita diretamente a “reformulação em cascata”, como no trecho anterior, a construção da modalização permite que se depreenda o uso deste mesmo mecanismo, com um discurso relatado indireto que é, por sua vez, relatado sob a forma de discurso segundo, mostrada ainda que não marcada. Tal procedimento aproxima o discurso jornalístico da fala das “crianças”, sem que se ressaltem os outros discursos que se interpõem entre ambos.

Na segunda reportagem (“Acusado de pedofilia, padre se diz inocente”, *Folha de São Paulo*, 27 mar. 2010), encontra-se a primeira transcrição da fala do religioso.

O padre José Afonso Dé, 74, vigário da igreja São Vicente de Paulo, em Franca, acusado de pedofilia, afirmou ontem ser inocente. Em nota, ele disse que desconhece o que tenha motivado as acusações e que se dirige às pessoas com “amor sacerdotal e carinho missionário”. “A todos abraço e afago como se meus filhos fossem.”

Logo no início da reportagem aparece já o discurso indireto, “reformulação-tradução” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 134) do discurso-outro pelo enunciador-jornalista. Aqui, porém, a utilização do verbo infinitivo, ao invés da fórmula “verbo *dicendi* + que (como, se)”, parece não promover o efeito de resgate “fiel” da fala do acusado, agregando um posicionamento do enunciador. Esta asserção inicial da notícia é então “comprovada” pela reprodução da nota do padre, em que observamos o uso do discurso indireto com o “que”, proporcionando um efeito de maior fidelidade à sua enunciação, que é reforçada posteriormente pelo uso de uma ilhota textual.

O uso desta ilhota assinala estes elementos como “não traduzidos” pelo discurso indireto livre, “integrados à sintaxe-padrão da frase” (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 142), gerando um apagamento do corte sofrido nas enunciações, seja jornalística, seja a relatada.

A ilhota textual, seguida de um discurso direto, promove, ainda, uma sensação de continuidade da enunciação do outro, estabelecendo uma relação direta e reduplicada entre o seu *amor* e seu *carinho* e os seus *abraços* e *afagos*. A própria contiguidade dos dois trechos já seria suficiente para se estabelecer a relação; no entanto, as aspas vêm reforçá-la.

Pode-se observar que o uso de expressões que remetem ao sentimento amoroso e ao relacionamento sexual, ainda que modificados por

adjetivos ou advérbios, são justamente os trechos selecionados pelo enunciador-jornalista para compor a notícia da defesa de José Afonso Dé.

Em seguida, encontramos um discurso narrativizado, ou seja, a incorporação ao corpo do texto de um enunciado de outrem, sem que se revele a sua fonte. A notícia, considerada “como um ‘grande relato’, pois sua forma de existir é a da recuperação do já dito ou do por dizer” (SANT’ANNA, 2004, p. 172), aproveita-se então dos discursos coletados e os transforma em asserções do enunciador-jornalista, conferindo-lhes um efeito de objetividade. Desta maneira, aquilo que fora dito na notícia anterior (26 mar. 2010) aparece agora sem marcas de heterogeneidade.

Uma denúncia anônima acusou o padre de ter abusado de quatro jovens, com idades de 13 a 16 anos. (*Folha de São Paulo*, 27 mar. 2010)

Trata-se de uma paráfrase que retoma, de maneira quase literal, o discurso indireto modalizado sob a forma de “discurso segundo”. Pode-se considerar também uma paráfrase a sentença seguinte, utilizando os mesmos discursos de indicação do discurso-outro encontradas na primeira reportagem.

Em depoimento à polícia, os adolescentes disseram que o padre acariciava suas partes íntimas – eles negam que tenha ocorrido relação sexual. (Folha de São Paulo, 27 mar. 2010)

No entanto, esta paráfrase não promove os mesmos efeitos de sentido promovidos pela sua matriz. Há aqui a substituição de “meninos” por “adolescentes” e a de “passava a mão” por “acariciar”. Esta mudança promove um “efeito de paráfrase” da defesa do acusado, pela apropriação do mesmo lexema usado por ele, agora verbalizado, configurando o processo discursivo, como o conceitua Pêcheux.

Se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou àquela formação discursiva, é porque [...] não tem um sentido que lhe seria “próprio”, vinculado à sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva [...] A partir de então, a expressão do processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos lingüísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada (1988, p. 161).

O “carinho missionário” da nota do padre transforma-se aqui em “acariciar”, ressignificando o excerto extraído da nota do padre e causando um efeito de confissão. A tendência à paráfrase, expressa pela modificação das expressões do depoimento dos (agora) adolescentes, promove uma transformação do sentido do “carinho”, que antes era religioso

(“missionário”), tornando-o na manifestação de uma pulsão sexual perversa.

Na terceira notícia (“Polícia indícia padre de Franca por estupro”, *Folha de São Paulo*, 14 abr. 2010), estabelece-se no início, um contraponto entre a negação do padre e a convicção da delegada em um dos subtítulos em destaque da matéria.

Religioso de 74 anos foi denunciado por nove rapazes; ele está afastado por tempo indeterminado pelo bispo da cidade

Acusado nega tudo; a delegada afirma que depoimentos iguais a convenceram de que os rapazes foram vítimas (*Folha de São Paulo*, 14 abr. 2010)

A negação¹ traz, em si, a afirmação, como uma forma de heterogeneidade mostrada, por figurar como “encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois ‘enunciadores’ diferentes” (MANGUENEAU, 1997, p. 80). O “tudo”, portanto, negado pelo acusado, segundo o enunciadador-jornalista, funciona como elemento ao mesmo tempo anafórico, retomando as denúncias previamente dadas, e catafórico, em oposição ao discurso indireto afirmativo. Encontra-se, aqui, mais uma vez, a reapresentação, no discurso relatado do padre, dos discursos outros que compõem a sua acusação. Mais adiante, na mesma matéria, este mesmo procedimento será realizado:

Afastado da atividade eclesíástica desde 26 de março por tempo indeterminado, o padre *Dé negou* ter abusado de menores.

[...] Nos primeiros depoimentos à polícia, *os rapazes disseram* que os abusos aconteceram na casa paroquial com frequência semanal nos dois primeiros meses do ano. *Afirmaram* também que, após o chá que servia à tarde, padre Dé os chamava, os beijava e passava a mão em seus genitais. (*Folha de São Paulo*, 14 abr. 2010)

Como já dito, a negação implica na afirmação, incidindo sobre outra enunciação; a afirmação, por sua vez, seja dos rapazes neste último trecho selecionado, seja da delegada, no subtítulo, parte de pressupostos que indicam certeza do crime praticado. Enquanto o padre nega “tudo”, ou nega “ter abusado”, os rapazes afirmam o abuso sexual não de forma direta, mas como um pressuposto, afirmando a frequência, a situação e o modo como este acontecia.

¹ Ainda que, em nosso quadro teórico inicial, não estivesse previsto o conceito de “negação”, uma vez que trabalharíamos apenas com o discurso relatado, tal manifestação da heterogeneidade discursiva mostra-se de suma relevância para os efeitos de sentido produzidos pela formação discursiva focalizada.

Ao final desta reportagem, o jornal apresenta ainda um *box* sob a rubrica “outro lado” e o título “Acusação de pedofilia dá ‘ibope’, diz padre” (*Folha de São Paulo*, 14 abr. 2010). Aqui, observa-se uma contraposição entre o tempo e o modo verbais presentes no discurso relatado do padre e aqueles presentes no dos acusantes.

O depoimento do padre José Afonso Dé à delegada Graciela Ambrósio, da Delegacia da Mulher da Franca, na noite de segunda-feira, durou mais de oito horas. Ele *negou que tenha* mantido qualquer contato íntimo com os denunciantes e *chegou a dizer que* os garotos o *estariam* acusando porque pedofilia dá “ibope”. (*Folha de São Paulo*, 14 abr. 2010)

Enquanto o relato dos depoimentos dos denunciantes (“vítimas”) e das declarações da delegada sempre ocorre em tempos do modo indicativo, a defesa do padre, em discurso indireto, se apresenta no presente do subjuntivo (“tenha”) e no futuro do pretérito do indicativo (“estariam”), tempos verbais que denotam incerteza. O depoimento dos acusantes, vistos anteriormente, tem a maioria de seus verbos no pretérito imperfeito do indicativo, indicando não só certeza dos fatos, mas também certa frequência (“os chamava, os beijava e passava a mão”).

Olhando em retrospecto as análises das três notícias jornalísticas até aqui expostas, nota-se um uso do discurso relatado em suas diversas formas (discurso direto, discurso indireto, ilhota textual, discurso segundo) e da negação para criar os efeitos de prévia condenação do padre acusado de pedofilia.

A heterogeneidade mostrada funciona, seja como forma de legitimação do discurso jornalístico, dando ao texto das notícias um efeito de objetividade e isenção, seja para validar os enunciados dos acusadores e inscrever os relatos de defesa do padre no conjunto da enunciação acusatória. O “personagem-padre”, dentro da narrativa jornalística desenvolvida pela *Folha de São Paulo*, passa de suspeito a culpado denunciado, assim, através da resignificação dos seus argumentos de defesa.

Isto fica evidente através da observação das manchetes e subtítulos das matérias de que se falou permite em que se encontram três itens lexicais pertencentes a um mesmo campo semântico, mas com traços diversos: “suspeita” (26 mar. 2010), “acusado” (27 mar. 2010) e “denunciado” em “Religioso de 74 anos foi denunciado por nove rapazes” (14 abr. 2010). Analisados segundo dois critérios – verbalização e certeza de culpa –, pode-se observar um crescente grau seja de verbalização como de culpabilização do padre, gerando um contínuo que parte de “suspeita”, em que não há ato verbal envolvido e que transmite uma hipótese incerta

de culpa, passando por “acusado” – em que um ato de fala já se faz notar explicitamente, mas que não é assertivo seja em relação à culpa, seja em relação à inocência do réu, até “denunciado”, que indica não só o ato de fala como a certeza da culpa.

Nota-se assim, ao longo dos três dias em que o caso foi abordado pelo jornal, uma crescente certeza da culpa do padre, amparada por sua verbalização. Antes, então, do seu julgamento, confere-se ao caso um veredito desfavorável ao réu.

Em meio a um contexto histórico no qual os olhos da imprensa mundial dirigem-se ao Vaticano, pedindo ao Sumo Pontífice que se posicione de forma clara e direta em relação às inúmeras denúncias de pedofilia envolvendo padres católicos, um padre de Franca é colocado no banco dos réus de um caderno jornalístico do interior paulista. Através da coleta de depoimentos das partes envolvidas, coloca-se uma pergunta: “O padre José Afonso Dé é culpado ou culpado?” Dê-se o seu veredito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: As não-coincidências do dizer*. Trad. Eni P. Orlandi et alii. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *Entre a opacidade e a transparência: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. São Paulo: Pontes/UNICAMP, 1997.

_____. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi et alii. Campinas: UNICAMP, 1988.

PEYTARD, Jean et al. Français technique et scientifique à re-formuler. Table ronde du 26 mars 1984. *Langue française*. Français technique et scientifique: reformulation enseignement. Paris, Larousse, n. 64, p. 5-16, dez. 1984.

SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.